# Curriculum Vitae

**[1 de junho de 2022]**

## *Identificação:*

Nome**:** Hong Cheng
Apelido: Leong
Nacionalidade: Portuguesa
Email: hcl@fd.ulisboa.pt

## *Formação Académica:*

Candidatura em preparação: Doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Conclusão do Mestrado Científico em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com especialização em ciências jurídico-políticas, menção em Direito Administrativo, em julho de 2017, com média final de 18 valores.

Conclusão da Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2015, com média final de 18 valores.

Frequência do Curso Breve "*O Novo Código do Procedimento Administrativo (CPA)*", organizado pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação e pelo Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos dias 7 e 14 de fevereiro de 2015.

Conclusão do ensino secundário no Colégio de Chan Sui Ki Socorro Perpétuo (Macau), em 2009.

## ***Atividades Profissionais:***

Assistente convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2017-presente), tendo lecionado as cadeiras de Contencioso Administrativo e Tributário, Direito Administrativo III (Contratação Pública), Direito do Ambiente, Direito da União Europeia, Direito Internacional Público e Proteção Internacional dos Direitos Humanos.

Consultor jurídico da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (2020-presente)

Assessor jurídico (em colaboração com o Senhor Professor Rui Tavares Lanceiro e com a Agência Portuguesa do Ambiente) da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, na matéria relacionada com a aplicação e o cumprimento da Convenção de Aarhus (janeiro de 2021 – junho de 2021)

Advogado estagiário e advogado associado do Núcleo de Direito Público da Sérvulo & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL, (2017-2020), com áreas de prática focadas em direito administrativo, especialmente em contratação pública, direito do procedimento e organização administrativa, direito das autarquias locais, direito da água, direito dos transportes públicos e concessões de serviços públicos. Experiência profissional abrangendo, entre outros, a elaboração de pareceres e de peças processuais, a prestação de consultoria jurídica a entidades públicas e privadas, a elaboração de diplomas normativos, a preparação e condução de concursos públicos internacionais e o acompanhamento da execução de contratos administrativos.

Advogado estagiário na Sociedade de Advogados Veiga e Moura e Associados (2016-2017).

Tradutor jurídico independente da Shang Yi Long, Ltd., com sede em Macua (2016-2021).

## ***Atividades Académicas:***

Membro do Conselho de Redação da Revista "*Cadernos de Justiça Administrativa"* (2021-presente)

Revisor científico convidado da Revista *"E-Pública"*

Investigador do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP)/Centro de Investigação de Direito Público (CIDP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2017-presente)

Investigador auxiliar e colaborador do Projeto MAIS Estarreja - Matriz de Avaliação e de Indicadores de Sustentabilidade de Estarreja (2014 - 2015)
http://www.fd.uc.pt/maisestarreja/

## ***Publicações científicas:***

- **Monografias:**

1) *O Nexo de Causalidade na Responsabilidade Civil Extracontratual da Administração Pública (Questões Imputacionais Gerais Atinentes à Delimitação da Esfera de Responsabilidade da Administração Pública na Realização de Atividades Ilícitas),* AAFDL, Lisboa, 2022, *no prelo.*

- **Artigos em obras coletivas:**

1) "Contratação pública e alterações climáticas", *in Comentários ao Código dos Contratos Públicos* (coord. Carla Amado Gomes/Ricardo Pedro/Tiago Serrão/Marco Caldeira), Volume II, AAFDL, Lisboa, 2022 (5.ª edição), *no prelo*;

2) "A contratação pública à prova das alterações climáticas: a viagem do elefante" (em co-autoria com Carla Amado Gomes), *in Contratos Públicos: Presente e Futuro* (org. Miguel Assis Raimundo), Lisboa, 2022, pp.37-75;

3) "Resolução do contrato administrativo por incumprimento", *in Comentários ao Código dos Contratos Públicos* (coord. Carla Amado Gomes/Ricardo Pedro/Tiago Serrão/Marco Caldeira), Volume II, AAFDL, Lisboa, 2021 (4.ª edição), pp.725-776.

[Nota: o presente artigo encontra-se republicado, com atualizações, na 5.ª edição (*no prelo*) da mesma obra coletiva];

4) "Instrumentos de (promoção e gestão) do desempenho ambiental", *in Tratado de Direito do Ambiente* (ed. Carla Amado Gomes/Heloísa Oliveira), Volume I, Lisboa, 2021 (1.ª edição), pp.310-360, disponível em: http://www.icjp.pt/sites/default/files/tratado_de_direito_do_ambiente_cidp-2021.pdf?56.

[Nota: o presente artigo encontra-se republicado na 2.ª edição (*no prelo*) da mesma obra coletiva];

5) "Recusa ilegal de acesso à informação administrativa ou de reutilização dos documentos administrativos e responsabilidade civil da Administração", *in O Acesso à Informação Administrativa* (org. Tiago Fidalgo de Freitas/Pedro Delgado Alves), Almedina, Coimbra, 2020, pp.373-409;

6) "A uniformização preventiva de jurisprudência" (em coautoria com Carla Amado Gomes), *in Comentários à Legislação Processual Administrativa* (coord. Carla Amado Gomes/Ana F. Neves/Tiago Serrão), Volume II, AAFDL, Lisboa, 2020 (5.ª edição), pp.485-524;

[Nota: o presente artigo encontra-se republicado na 6.ª edição (*no prelo*) da mesma obra coletiva];

7) "Breves notas reflexivas sobre o artigo 99.º do CPTA", *in Direito do Trabalho em Funções Publicas,* Lisboa, CEJ, 2020, pp.83-96, disponível em: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_DTrabalhoFP2020.pdf;

8) "Garantia da disponibilidade do serviço público de transporte coletivo de passageiros por modo rodoviário em situações de emergência", *in Direito Administrativo de Necessidade e de Excepção* (coord. Carla Amado Gomes/Ricardo Pedro), AAFDL, Lisboa, 2020, pp.477-513;

9) "Regulação de eleições políticas – em especial, a regulação da campanha eleitoral", *in Garantia de Direitos e Regulação – Perspectivas de Direito Administrativo* (ccord. Carla Amado Gomes/Ricardo Pedro/Rute Saraiva/Fernanda Maça), AAFDL, Lisboa, 2020, pp. 269-316;

10) "Processos executivos urgentes", in *Comentários à Legislação Processual Administrativa* (coord. Carla Amado Gomes/Ana F. Neves/Tiago Serrão), AAFDL, Lisboa, 2020 (4.ª edição), pp. 1213-1246.

[Nota: o presente artigo encontra-se republicado na 5.ª edição (2020) e na 6.ª edição (*no prelo*) da mesma obra coletiva];

11) "Algumas notas sobre a problemática de danos puramente patrimoniais em sede de responsabilidade civil extracontratual subjetiva da Administração Pública", in *Desafios da Nova Responsabilidade Civil* (coord. Mafalda Miranda Barbosa/Nelson Rosenvald/Francisco Muniz), São Paulo, 2019, pp. 151-170;

12) "Tutela cautelar e responsabilidade do poder judicial pela prevenção de danos marginais ecológicos — Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 14 de junho de 2018 (proc. n.º 0435/18)", in *Regime de Prevenção e Reparação do Dano Ecológico: o Balanço Possível de Dez Anos de Vigência* (coord. Carla Amado Gomes/Rui Tavares Lanceiro), Lisboa , 2019, disponível em: http://icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_danoecologico_22jul2019_0.pdf;

13) "Breves reflexões sobre o método de determinação do regime de responsabilidade civil: o caso da responsabilidade civil do advogado", in *Responsabilidade Civil. Cinquenta Anos em Portugal. Quinze Anos no Brasil* (coord. Miranda Barbosa/Francisco Muniz), Instituto Jurídico, Coimbra, 2018, pp. 117-140;

14) "O princípio da desconcentração", in *Organização Administrativa, Novos Atores, Novos Modelos* (coord. Carla Amado Gomes/Ana F. Neves/Tiago Serrão), Lisboa, 2018, pp. 175-198;

15) "As associações públicas na organização administrativa: uma revisitação", in *Organização Administrativa, Novos Atores, Novos Modelos* (coord. Carla Amado Gomes/Ana F. Neves/Tiago Serrão), Lisboa, 2018, pp. 521-556;

- **Artigos em publicações periódicas:**

1) "Danos anormais e especiais, em pandemia – Ac. do STA de 18.02.2021 P. 136/20.1BALSB" (em co-autoria com Tiago Serrão), *in Cadernos de Justiça Administrativa,* n.º 146, Braga, 2021, *no prelo;*

2) "Esquemas - Âmbito de aplicação do procedimento de licenciamento ambiental/ Tramitação do procedimento de licenciamento ambiental/ Dinâmica pós-decisória", *in Revista de Direito Administrativo,* n.º 14, Lisboa, 2022, pp. 135-139;

3) "Aproveitamento de atos nulos e de atos ilegais por falta de parecer obrigatório vinculante… porque não?: Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 21.1.2021, P. 094/09.3BEPRT", *in Cadernos de Justiça Administrativa,* n.º 144, Braga, 2021, pp. 26-44;

4) "A indemnização de danos não patrimoniais na responsabilidade civil extracontratual da Administração – Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 31 de outubro de 2019, Processo n.º 0183/14.2BEBRG", *in Revista de Direito Administrativo,* número especial 1, Lisboa, 2020, pp. 63-70;

5) "Recusa ilegal de acesso à informação administrativa ou de reutilização dos documentos administrativos e responsabilidade civil da Administração", in *Revista de Direito da Responsabilidade - Ano 1,* Coimbra, 2019, pp.664-699, disponível em: https://revistadireitoresponsabilidade.pt/2019/recusa-ilegal-de-acesso-a-informacao-administrativa-ou-de-reutilizacao-dos-documentos-administrativos-e-responsabilidade-civil-da-administracao-hong-cheng-leong/

6) "*Periculum in mora* e tutela cautelar", in *Cadernos de Justiça Administrativa,* n.º 132, Braga, 2019, pp. 3-11;

7) "Direitos reais sem realidade? Breves reflexões sobre a crise e a sustentabilidade da(s) teoria(s) realista(s) na teoria geral do direito das coisas", in *Revista de Direito Imobiliário*, v. 41, nº 81 (jul/dez), São Paulo, 2018, pp. 461-502;

8) "Da construção de um novo paradigma de culpa do legislador e o correspondente critério de juízo: uma problematização no âmbito da responsabilidade civil extracontratual do Estado decorrente do exercício da função político-legislativa", in *E-Pública,* vol. 4, n.º 2, Lisboa, 2017, pp.291-325, disponível em: https://e-publica.pt/article/34421;

9) "O princípio da eficiência no "cosmos" da ilicitude da responsabilidade civil extracontratual do Estado-Administração", in *CEDIPRE online n.º 30*, disponível em: http://www.fd.uc.pt/cedipre/co.html;

10) "Introdução ao *negotiated rulemaking* – a sua compatibilidade com o sistema jurídico português e questões sobre a legitimidade dos administrados de impugnar o regulamento consensual", in *CEDIPRE online n.º 29*, disponível em: http://www.fd.uc.pt/cedipre/co.html;

11) *"*A incoerência entre o conceito de acto administrativo administrativamente impugnável e o de acto administrativo judicialmente impugnável. uma necessidade justificada, um mal-menor inevitável ou uma complexidade sistemática excessiva?*"*, *in Doctrina Nova,* n.º 1, Coimbra, 2015, pp. 39-64;

12) *"*Coacção enquanto vício ou falta de vontade na determinação da validade de actos administrativos à luz da nova interpretação do art. 133.º/1 do CPA*"*, *in Publicações Instituto Jurídico,* Coimbra, 2015, disponível em: http://www.ij.fd.uc.pt/publicacoes/premios/pub_2_ms/numero2_pms.pdf.

***Escritos Breves:***

1) "O financiamento do setor do transporte público rodoviário em tempo de COVID-19 (Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril)", *Sérvulo Update,* abril de 2020, em co-autoria com Ana Luísa Guimarães, disponível em: https://www.servulo.com/xms/files/00_SITE_NOVO/01_CONHECIMENTO/01_PUBLICACOES_SERVULO/2020/Update_Transporte_O_financiamento_do_setor_do_transporte_publico_rodoviario_em_tempo_de_Covid-19.PDF;

2) "O recém-publicado "regulamento tarifário" da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT): o início de uma nova era no setor dos transportes", *Sérvulo Update,* maio de 2019, em co-autoria com Ana Luísa Guimarães, disponível em: https://www.servulo.com/pt/investigacao-e-conhecimento/O-recem-publicado-ldquoregulamento-tarifariordquo-da-Autoridade-da-Mobilidade-e-dos-Transportes-AMT/6594/;

3) "A Lei "Uber" (Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto)", *Sérvulo Update,* agosto de 2018, disponível em: https://www.servulo.com/pt/investigacao-e-conhecimento/A-Lei-ldquoUberrdquo-Lei-n-452018-de-10-de-agosto/6264/;

4) "A Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro. Tramitação Eletrónica dos Processos da Jurisdição Administrativa e Fiscal", *Sérvulo Update,* janeiro de 2018, disponível em: https://www.servulo.com/xms/files/00_SITE_NOVO/01_CONHECIMENTO/01_PUBLICACOES_SERVULO/2018/Update_Pub_HCL_16.01.2017_Tramitacao_Eletronica_dos_Processos_da_Jurisdicao_Administrativa_e_Fiscal.pdf;

5) «*"Quid ius?"* – uma prenda abençoada que a Faculdade me ofereceu e que "levo comigo p´rá vida"», publicado no Newsletter, número 9, 2017 da ALUMNI - Associação dos Antigos Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

***Participações em conferências e cursos de formação como orador:***

1) *Curso em Direito do Ambiente*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) / Centro de Investigação de Direito Público (CIDP), Lisboa, março a maio de 2020.

   - Módulos: "A relação entre o licenciamento ambiental e outros procedimentos" e "Os instrumentos contratuais no direito do ambiente" e "O instrumento de desempenho ambiental;

2) *Curso Intensivo de Justiça Administrativa e Tributária para a Preparação do Acesso aos Tribunais Administrativos e Fiscais (2022)*, CEJUR.

   - Sessão: Direito do Ambiente;

3) *III Jornadas de Direito dos Contratos Públicos*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) / Centro de Investigação de Direito Público (CIDP), Lisboa, outubro de 2020.

   - Título de intervenção (com Carla Amado Gomes): Alterações climáticas e contratos públicos – o que falta fazer?;

4) *Curso Intensivo de Justiça Administrativa e Tributária para a Preparação do Acesso aos Tribunais Administrativos e Fiscais (setembro de 2021)*, CEJUR.

   - Sessão: Direito do Ambiente;

5) *Curso Intensivo de Justiça Administrativa e Tributária para a Preparação do Acesso aos Tribunais Administrativos e Fiscais (fevereiro de 2021)*, CEJUR.

   - Sessão: Direito do Ambiente;

6) *Direito do Trabalho em Funções Públicas. Ação de Formação Contínua,* Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, novembro de 2019.

   - Título de intervenção: os processos de contencioso dos procedimentos de massa;

7) *Pós-Graduação em Direito do Ambiente*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) / Centro de Investigação de Direito Público (CIDP), Lisboa, outubro e novembro de 2019.

- Módulos: "A relação entre o licenciamento ambiental e outros procedimentos" e "Outros instrumentos de mercado";

8) *A Organização Administrativa Portuguesa*, ICJP / Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, Lisboa, fevereiro de 2019.

- Título da intervenção: o princípio da desconcentração;

9) *II Jornadas Luso-Brasileiras de Responsabilidade Civil. A Ilicitude, os Danos Puramente Patrimoniais e os Novos Desafios da Responsabilidade Civil,* Instituto Jurídico, Coimbra, novembro de 2018.

- Título de intervenção: a indemnização dos danos puramente patrimoniais na responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública;

10) *I Jornadas Luso-Brasileiras de Responsabilidade Civil. 50 Anos em Portugal, 15 Anos no Brasil,* Instituto Jurídico, Coimbra, novembro de 2017;

- Título de intervenção: a responsabilidade civil do advogado.

## ***Prémios Acadêmicos:***

Prémio Flor de Lótus da Direção dos Serviços de Educação e Juventude da RAEM, relativo ao ano letivo 2008/2009.

Prémio atribuído a 3% dos Melhores Estudantes da Universidade de Coimbra, relativo aos anos letivos 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015.

Prémio Doutor Marnoco e Sousa atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 17 de novembro de 2014, destinado a galardoar anualmente o melhor trabalho escrito sobre um tema da área das Ciências Jurídico-Políticas, pelo trabalho *«Coacção enquanto vício ou falta de vontade na determinação da validade de actos administrativos à luz da nova interpretação do art. 133.º/1 do CPA»,* elaborado no ano letivo 2012/2013.

Prémio Doutor Marnoco e Sousa atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 4 de dezembro de 2015, destinado a galardoar anualmente o melhor trabalho escrito sobre um tema da área das Ciências Jurídico-Políticas, pelo trabalho *«Da construção de um novo paradigma de culpa do legislador e o correspondente critério de juízo: uma problematização no âmbito da responsabilidade civil extracontratual do Estado decorrente do exercício da função político-legislativa»,* elaborado no ano letivo 2013/2014.

Prémio Doutor Beleza dos Santos atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 4 de dezembro de 2015, pela obtenção da classificação mais elevada em diversas disciplinas da Área de Ciências Jurídico-Criminais (18 valores), no ano letivo 2013/2014.

Prémio Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 4 de dezembro de 2015, pela obtenção da classificação mais elevada em diversas disciplinas da Área de Ciências Jurídico-Económicas (18 valores), no ano letivo 2013/2014.

Prémio Escolar Wolters Kluwer Portugal atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 4 de dezembro de 2015, pela conclusão da licenciatura em Direito com média final superior a quinze valores, relativo ao ano letivo 2014/2015.

Prémio Eduardo Correia atribuído pela ALUMNI, Associação dos Antigos Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pela conclusão da licenciatura em Direito com a melhor média final no ano letivo 2014/2015 (18 valores).

Prémio Doutor Beleza dos Santos atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 16 de novembro de 2016, pela obtenção da classificação mais elevada em diversas disciplinas da Área de Ciências Jurídico-Criminais (17 valores), no ano letivo 2014/2015.

Prémio Doutor Machado Vilela atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 16 de novembro de 2016, pela obtenção da classificação mais elevada em diversas disciplinas da Área de Direito Internacional (Público ou Privado) (18 valores), relativo ao ano letivo 2014/2015.

Prémio Doutor Cabral de Moncada atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 16 de novembro de 2016, pela obtenção da classificação mais elevada em diversas disciplinas da Área de Ciências Jurídico-Filosóficas (17 valores), relativo ao ano letivo 2014/2015.

Prémio Doutor Guilherme Moreira atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 16 de dezembro de 2016, destinado a galardoar anualmente o melhor trabalho escrito sobre um tema da área das Ciências Jurídico-Civilísticas, pelo trabalho «*Direitos reais sem realidade? Breves reflexões sobre a crise e a sustentabilidade da(s) teoria(s) realista(s) na teoria geral dos direitos das coisas*», elaborado no ano letivo 2014/2015.

Prémio Manuel de Andrade atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 16 de dezembro de 2016, pela conclusão da licenciatura em Direito com a melhor média final no ano letivo 2014-2015 (18 valores).

## ***Atividades Desportivas:***

Atleta da Associação de Taekwondo de Macau (2003-2010).

Aprovação na prova de obtenção do grau de "1º Poom" (cinto preto) em Taekwondo, certificada pelo *Kukkiwon*.

Federado da Federação Portuguesa de Badminton (2013-presente).

Membro do Grupo de Badminton da Associação Académica de Coimbra (2013-2017).

Membro do Clube Raquete Estrelas de Avenida – Badminton (2017-presente).

## ***Línguas:***

Chinês-Cantonês (língua materna)

Chinês-Mandarim – fluente

Espanhol (leitura jurídica)

Inglês – fluente

Português – fluente

Francês (leitura jurídica)

Alemão (conclusão do nível A2 no *Goethe-Institut*)